

Representações Sociais do Sindicalismo na Revista Veja Durante a Redemocratização

Guilherme Gustavo Holz Peroni¹

Priscilla de Oliveira Martins da Silva²

Annor da Silva Junior³

O objetivo deste artigo é analisar os sentidos sobre o sindicalismo disseminados pela revista Veja durante o período da redemocratização, entre os anos 1985 e 1990. A Teoria das Representações Sociais foi adotada como aporte teórico. Foi pesquisado no acervo digital da Veja um total de 19 edições e foram selecionadas 53 matérias jornalísticas. Foram construídas oito categorias de análise. A análise indicou que a luta por melhores condições sociais e de trabalho, a elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988 e a associação do sindicalismo com a política foram aspectos históricos centrais para a compreensão do sindicalismo brasileiro. Constatou-se uma pluralidade de sentidos sobre o sindicalismo, inclusive a presença de sentidos contraditórios, e certa predominância de leituras positivas. Verificou-se que os sentidos estão ancorados em valores tais como liberdade, democracia, controle e disciplina, presentes no período da redemocratização.

Palavras-chave: sindicalismo; redemocratização; revista Veja.

Social Representations Of Trade Unionism In Veja Magazine During Brazil's Return to Democracy

The aim of this article is to analyse the meanings of trade unionism as disseminated by Veja magazine during the return to democracy in Brazil (1985 to 1990). The Social Representations Theory was adopted as theoretical background. Nineteen editions and 53 journalistic reports were selected in the digital collection of Veja and analysed. Eight categories of analysis were constructed. The analysis indicated that the struggle for better social and work conditions, the preparation and promulgation of the Brazilian Federal Constitution of 1988 and the association of trade unionism with politics were central historical aspects for the understanding of Brazilian trade unionism. A plurality of meanings about trade unionism was identified, some of them of conflicting, and positive readings predominate. It has been found that the meanings are anchored in values such as freedom, democracy, control and discipline present in the period of the Brazilian return to democracy.

Keywords: trade unionism; Brazil's return to democracy; Veja magazine.

¹ Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAdm/UFES). Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAdm/UFES). Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras - Vitória, ES - CEP 29.075-910. E-mail: gustavoperoni@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0670-7501>.

² Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP/UFES). Professora do PPGAdm/UFES e do PPGP/UFES. E-mail: priscillamartinssilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2922-6607>.

³ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do PPGAdm/UFES e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCon/UFES). E-mail: annorsi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4124-5277>.

<http://dx.doi.org/10.21714/2237-51392020v24n1p019041>.

Artigo recebido em 10/02/2020 e aprovado em 30/06/2020. Artigo avaliado em *double blind review*.

Editores responsáveis: Isabel de Sá Afonso da Costa



1. Introdução

Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo que investigou os sentidos do sindicalismo disseminados pela parte da mídia escrita composta por publicações jornalísticas em quatro períodos históricos: ditadura militar (entre os anos de 1968 a 1985); 4ª República ou redemocratização (de 1985 a 1990); globalização e neoliberalismo (de 1990 a 2002); e era Lula e atualidade (de 2003 a 2013).

Verifica-se que as características dos diferentes contextos históricos, sociais e econômicos fazem com que o sindicalismo sofra alterações e tenha diferentes sentidos durante os períodos históricos, ou seja, os sentidos do sindicalismo transformaram-se durante a história recente (ANTUNES, 1989, 2007, 2015; BOITO, 2005, CARDOSO, 2002; QUEIROZ, 2007; SANTANA, 2002). Todavia, o presente estudo tem, como foco, o período denominado 4ª República ou redemocratização: 15 de março de 1985 a 14 de março de 1990.

As mídias são fundamentais para a compreensão do senso comum. Sá (1998) trata da importância das pesquisas sobre as mídias, na medida em que “[...] reserva-se aos meios de comunicação de massa um papel destacado na compreensão dos processos de formação e circulação das representações sociais nas sociedades contemporâneas [...]” (SÁ, 1998, p. 43).

Em revisão dos artigos científicos brasileiros orientados pela Teoria das Representações Sociais e que adotaram a mídia como campo de pesquisa, Simoneau e Oliveira (2014) concluíram que a mídia tem importante papel na construção e disseminação das representações sociais, e na formação e orientação do pensamento social. O estudo de Simoneau e Oliveira (2014) corrobora com a discussão de Jodelet (2001) sobre a comunicação social. Segundo essa última autora, a comunicação social, por meio dos aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, intervém na construção do pensamento e da realidade social. Com isso, tem-se que os meios de comunicação de massa, integrados e atentos aos contextos social, político e econômico, criam e põem a circular uma diversidade de valores, significados, sentidos e ideologias sobre os fenômenos sociais.

O fenômeno social a ser analisado é o sindicalismo brasileiro. Segundo Boito Jr (2005), o sindicalismo é um movimento social caracterizado pela negociação entre trabalhador e proprietário. Assim, os sindicatos são importantes para a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores. Todavia, acredita-se que há uma diversidade de sentidos sobre o sindicalismo que circulam nas empresas, nos grupos sociais e nos meios de comunicação de massa. Ademais, pressupõe-se que os sentidos do sindicalismo nas publicações jornalísticas estão adstritos aos contextos político, social e econômico do período histórico.

Para temáticas que exploram o fenômeno a partir de publicações jornalísticas, a Teoria das Representações Sociais (TRS) oferece suporte teórico e conceitual adequado, na medida em que investiga as significações atribuídas, pelos meios de comunicação de massa, aos fenômenos sociais. Assim, a TRS será adotada como lente teórica para a análise dos sentidos disseminados por textos jornalísticos sobre o sindicalismo durante o período da redemocratização.

Definiu-se a revista *Veja* como fonte de pesquisa devido a sua representatividade, no que se refere ao público-alvo e à quantidade de leitores, assim como devido a suas permanência e continuidade no contexto brasileiro (MENANDRO; TRINDADE; ALMEIDA, 2010;

PERONI, 2015, PERONI; MARTINS-SILVA; SILVA JUNIOR, 2018). A revista *Veja* - semanal e cujas publicações têm o caráter de informações gerais (CAMPOS, 2010) - está em circulação desde setembro de 1968, abrangendo longo período histórico. Vale destacar que as mídias e as redes sociais no formato online não faziam parte do contexto do período da redemocratização. Com isso, as mídias de massa tradicionais - por exemplo, a imprensa escrita, o rádio e a televisão - tinham papel fundamental na divulgação das informações durante o período da redemocratização.

A compreensão do foco editorial da revista *Veja* faz-se necessária, pois demonstra a linha de argumentação, as preferências e o embasamento para a construção dos conteúdos jornalísticos (SEEFELD; RESE, 2020). Além disso, conhecer o foco editorial da *Veja* permite avaliar a construção de sentidos, de crenças e de significados (SEEFELD; RESE, 2020) sobre o sindicalismo.

Apesar das mudanças ocorridas na linha editorial ao longo de sua existência (Augusti, 2008), a *Veja* tem enfoque preponderantemente político (CAMPOS, 2010, SEEFELD; RESE, 2020). Recentemente, Seefeld e Rese (2020) identificaram que a *Veja* adotou postura política contrária ao governo do Partido dos Trabalhadores, que governou o País entre os anos de 2002 e 2016, e ao governo do ex-presidente Michel Temer, que governou o País entre os anos de 2016 e 2018. Ademais, a *Veja* se posiciona sobre questões públicas e participa da vida política brasileira - por exemplo, na denúncia de casos de corrupção e na abertura de espaço para que políticos nacionais expressem suas opiniões (CAMPOS, 2010).

Durante o a ditadura militar, a *Veja* esteve “[...] às voltas com a censura, teve exemplares apreendidos e, como o restante da imprensa, esteve vários anos sob censura prévia” (MIRA, 1997, P. 121). Apesar disso, Rautenberg (2012) sugere que a *Veja* também adotou postura de apoio ao regime ditatorial em algumas situações, principalmente no que diz respeito às políticas econômicas e de infraestrutura, uma vez que tinha vínculos com empresas da construção civil.

Por sua vez, Campos (2010) aponta que a *Veja* adotou postura crítica com relação às ações do Movimento Sem Terra (MST) para defender os interesses da classe empresarial. Além disso, o alinhamento da *Veja* com a classe dominante também pode ser constatado ao se avaliarem os patrocinadores, pois “[...] os anúncios publicitários do periódico compõem-se de grandes conglomerados empresariais de diversos ramos econômicos [...]” (CAMPOS, 2010, p. 133). Nesse panorama, constata-se alinhamento da *Veja* com os anseios da classe empresarial.

Ao discutir os meios de comunicação de massa de maneira geral, Herz (2003) afirma que as normas, os valores e as ideologias de determinada mídia são disseminadas no pensamento social (Herz, 2003). Além disso, as mídias são agentes de controle social que utilizam suas práticas comunicativas e sua infraestrutura para construção da realidade social (SEEFELD; RESE, 2020). Dessa forma, a mídia influencia o senso comum, assim como pode tornar-se “particularmente perversa e insidiosa porque se vale de condições, recursos técnicos e linguagens cuja operação e existência sequer é percebida pelo público” (HERZ, 2003, p. 11-12).

Portanto, o foco editorial da *Veja* assume uma linha de argumentação parcial ao noticiar determinados assuntos, e tem poder normatizador no contexto jornalístico brasileiro

(AUGUSTI, 2008; PERONI; MARTINS-SILVA; SILVA JUNIOR, 2018). Assim, a Veja busca formar a opinião do público leitor a partir de seus valores, de suas crenças e de suas ideologias, que são disseminados na sociedade brasileira (AUGUSTI, 2008; CAMPOS, 2010). Os valores, as crenças e as ideologias da Veja geralmente são fundamentadas em posturas políticas que se modificaram durante o tempo e, primordialmente, em defesa dos interesses empresariais.

Assim, este artigo tem, como objetivo, analisar os sentidos do sindicalismo disseminados pela Veja durante o período da redemocratização, entre os anos de 1985 a 1990. Fazem parte dos objetivos específicos: (1) relacionar os discursos da Veja sobre o sindicalismo com as características políticas, sociais, econômicas e trabalhistas do período; e (2) explorar os valores e os significados em que estão ancorados os sentidos do sindicalismo veiculados pela Veja.

Como argumentos que justificam o estudo destacam-se: (1) a contribuição da TRS para com os estudos organizacionais (EO) ao apresentar novas formas de compreender e de analisar o processo de construção dos pensamentos social e individual sobre o sindicalismo; (2) a ausência de estudos documentais que explorem como o sindicalismo é veiculado na mídia brasileira, tendo em vista o relacionamento intercambiável entre os veículos de comunicação de massa e o pensamento social; (3) a imprescindibilidade de um mapeamento das transformações dos sentidos do sindicalismo na história recente nos veículos de comunicação de massa; e (4) a necessidade de caracterizar em quais sentidos e valores ancoraram-se as publicações da mídia brasileira sobre o sindicalismo durante o período da redemocratização.

O presente artigo está estruturado em seis seções. A segunda seção discorre sobre os aspectos conceituais da TRS e a terceira seção sobre os contextos histórico, social e econômico da 4ª República. A quarta seção trata dos aspectos metodológicos da pesquisa. Na quinta seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa documental. Por fim, são apresentadas as considerações finais, as transformações dos sentidos do sindicalismo na sociedade brasileira desde o processo de redemocratização até o contexto atual, e as limitações da pesquisa.

2. A Teoria das Representações Sociais (TRS): Aspectos Conceituais

A TRS é um quadro teórico relevante para o estudo das mídias. De fato, em sua obra seminal sobre as representações sociais (RS) da psicanálise, nomeada *La psychanalyse: son image et son publique*, Moscovici (2012) buscou compreender as novas significações da psicanálise para o senso comum mediante a intermediação dos meios de comunicação.

Dessa forma, Moscovici (2012) buscou compreender as modificações de um fenômeno social durante sua transferência do universo reificado para o universo consensual. Com isso, o autor identificou que as RS da psicanálise diferem da psicanálise como ciência.

Destarte, assim como a psicanálise se modifica quando divulgada numa determinada cultura, o contexto social também se transforma ao entrar em contato com o fenômeno social (MOSCOVICI, 2012). O pensamento social apropria-se da psicanálise, transformando-a em uma RS autônoma e diferente da teoria original (MOSCOVICI, 2012). Com isso, destaca-se que os meios de comunicação têm grande influência nesse processo de construção de sentidos, de valores, de crenças e de significados dos fenômenos sociais (MOSCOVICI, 2012).

A principal função das RS é tornar familiar aquilo que não era familiar. Essa função é concebível devido a dois processos formadores das RS: a objetivação e a ancoragem (MOSCOVICI, 2015).

O processo de objetivação busca compreender como um fenômeno ou conceito abstrato adquire materialidade e se torna algo concreto. A ancoragem tem a função de atribuir um sentido inteligível a um objeto abstrato dentro de um contexto, ou seja, a ancoragem insere algo estranho numa categoria comum. Assim, determinado objeto é classificado e rotulado de acordo com o que é usual e familiar (MOSCOVICI, 2015).

Os sujeitos possuem desacordos e conflitos sobre diversos assuntos cotidianos. Entretanto, apesar das adversidades, numa sociedade existem as representações partilhadas (MOSCOVICI, 2003), formadas por significados disseminados historicamente por meio da comunicação, das negociações e das experiências. Como afirma Moscovici (2015, p. 55), a dinâmica das relações “[...] é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas”. Assim, espera-se que os acontecimentos, as ideias e os gestos se repitam; ou seja, a sociedade evita o que é considerado novo e fora do natural (MOSCOVICI, 2015).

Segundo Moscovici (2003), alguns estudiosos tratam o mundo individual e o mundo social como mundos antagônicos. A TRS, diferentemente, procura compreender os fenômenos a partir da interseção entre esses dois mundos; ou seja, a TRS pode ser considerada como uma ponte entre os conceitos psicológicos e sociológicos (CASTRO, 2002). Assim, a TRS é considerada uma teoria mista e intersubjetiva, que vincula o individual e o social.

A partir dessa perspectiva, não existe uma sociedade sem indivíduos e muito menos um indivíduo sem uma história social (JOVCHELOVITCH, 2003). Para a TRS, as RS são construídas por uma via de mão dupla: o pensamento socialmente construído encontra-se no indivíduo, assim como o indivíduo cria e recria as RS (CASTRO, 2002). Em outras palavras, o “[...] indivíduo tanto é um agente de mudança na sociedade como é um produto dessa sociedade” (FARR, 2003, P. 51).

Nesse sentido, conceituam-se as RS como “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum” (JODELET, 2001, p. 21). A TRS busca analisar o senso comum, ou seja, normas, crenças, vivências, valores, comportamentos e sentidos (JODELET, 2005), além da influência dos meios de comunicação (JODELET, 2001).

Neste artigo adotou-se a TRS com o objetivo de analisar um dentre os diversos elementos das RS do sindicalismo, que são os sentidos do sindicalismo que circulam em uma parte da mídia brasileira. Por fim, destaca-se que os sentidos do sindicalismo estão adstritos a valores.

A próxima seção apresenta o contexto histórico, social e econômico da 4ª República, uma vez que este influencia o modo como o sindicalismo é comunicado pela mídia.

3. O Contexto Histórico, Social e Econômico da 4ª República

O período da ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1985, caracterizou-se pela proibição da organização da classe dos trabalhadores, pela supressão de direitos trabalhistas conquistados por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pela repressão e intervenção militar nos sindicatos, pela perseguição de dirigentes sindicais, e pela proibição dos movimentos grevistas (QUEIROZ, 2007; SINGER, 2014). Assim, as negociações entre os trabalhadores e os empresários no que concerne às condições de trabalho e de salários ocorriam com a intermediação do governo durante a ditadura militar (BOITO JR, 2005; PERONI; MARTINS-SILVA; SILVA JUNIOR, 2018).

A partir de 1978, surgiu no Brasil movimento denominado novo sindicalismo (ALVES, 2000; CARDOSO, 2002). O novo sindicalismo exprime a ascensão e a revitalização do sindicalismo brasileiro nos anos 1980 (KREIN; DIAS, 2017). O ressurgimento do sindicalismo a partir de 1978 ocorreu, em grande parte, devido ao movimento dos operários da região do ABC paulista, que serviu de referência para diversas greves pelo Brasil (ALVES, 2000).

O novo sindicalismo buscou romper com o populismo sindical, isto é, no final da ditadura militar surgiu o reformismo operário baseado na socialdemocracia, que organizou “[...] o movimento operário no plano sindical e partidário, tornando-o capaz de intervir na política e nos parlamentos de modo mais eficaz e organizado” (BOITO JR, 2005, p. 280). Assim, o novo sindicalismo abrangeu diversos anseios da classe operária - por exemplo, a luta por melhores salários e condições de trabalho, a necessidade de horizontalização da representação sindical, e a exigência de democracia política e social. Também assumiu postura crítica à exploração da classe trabalhadora, às imposições do modelo de desenvolvimento capitalista, e ao receituário do capitalismo financeiro internacional (ALVES, 2000).

Ademais, o novo sindicalismo foi um momento de politização do movimento sindical brasileiro. No contexto do novo sindicalismo, consolidou-se a liderança de Luiz Inácio da Silva, o Lula (ANTUNES, 1989), o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 (ALVES, 2000) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 (QUEIROZ, 2007). Com isso, o surgimento do novo sindicalismo e a politização do movimento sindical foi fundamental para a crise do regime militar - e, conseqüentemente, para a reabertura político-democrática brasileira - uma vez que o movimento sindical influenciou e participou da mobilização da população brasileira e da campanha das Diretas Já (BOITO JR, 2005).

Nesse panorama, surgiu o período da redemocratização brasileira (4ª República) que abarcou o governo do presidente José Sarney de Araújo Costa, entre os anos de 1985 e 1990. No decorrer da presidência de Sarney foram observados vários movimentos grevistas (SANTANA, 2002), o Estado não interveio nos sindicatos e o movimento sindical obteve diversas conquistas (QUEIROZ, 2007). Em 1987, Sarney convocou a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, que elaborou a Constituição Federal (CF) de 1988.

A CF de 1988 trouxe diversas contribuições do movimento sindical brasileiro, principalmente com relação à estrutura sindical (QUEIROZ, 2007). Essas contribuições são de caráter híbrido, ou seja, foram atendidos os anseios das confederações, inclusive as patronais, que se diferenciavam em alguns assuntos. Assim, após longa negociação, o texto da CF de 1988 reconheceu o livre direito de associação sindical dos trabalhadores e dos empregadores,

a liberdade de filiação e de desfiliação dos trabalhadores, a proibição da interferência do poder público na administração das entidades sindicais, a liberdade de constituição de sindicatos, o respeito à unicidade sindical, o sistema confederativo, e a atribuição dos sindicatos de defender os direitos coletivos e individuais dos trabalhadores (QUEIROZ, 2007). Portanto, mais uma vez constata-se a influência e a participação do movimento sindical no processo político-social brasileiro (PERONI; MARTINS-SILVA; SILVA JUNIOR, 2018).

Quanto aos aspectos econômicos, a economia brasileira passou por crise durante o governo do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, entre os anos de 1979 e 1985, em que se observou a elevação dos índices inflacionários e a estagnação da economia (MARQUES; RÊGO, 2010). Em 1979, ocorreu a segunda crise do petróleo, que, aliada a crise do endividamento externo, provocou o descontrole dos preços, a redução da produção e o desemprego em massa. A segunda crise do petróleo ocasionou profunda crise econômica no Brasil até 1983 (SINGER, 2014). No final dos anos 1980, durante o governo de Sarney, foram lançados diversos planos com o intuito de estabilizar a inflação herdada do governo anterior, como o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão. Entretanto, esses planos não lograram êxito (SINGER, 2014).

No início da década de 1980, iniciou-se discussão sobre a modernização industrial brasileira. O movimento de modernização sofreu muita resistência da sociedade devido aos rumores do desemprego tecnológico, em que a substituição do homem pela máquina poderia eliminar diversos postos de trabalho (FLEURY; FLEURY, 1997). No final da década de 1980 começaram a ser implantadas as primeiras mudanças e adequações do sistema produtivo brasileiro segundo a onda de reestruturação produtiva de âmbito internacional (ANTUNES; SILVA, 2015). As modificações tecnológicas e organizacionais iniciaram-se em ritmo lento com relação às modificações dos países desenvolvidos, pois o Brasil ainda estava apartado do projeto neoliberal (ANTUNES, 2007).

Esse movimento de modificações tecnológicas e organizacionais propiciou a subordinação dos sindicatos aos interesses empresariais. Antunes (2015) critica o modelo de sindicalismo subordinado às empresas, uma vez que esse tipo de sindicalismo tem, como traço, a subordinação dos anseios dos trabalhadores ao universo empresarial (ANTUNES, 2015), opondo-se ao caráter de resistência e de luta dos sindicatos.

O sindicalismo tem sua origem na resistência da classe operária contra as imposições do sistema capitalista. Os trabalhadores unidos podem negociar em condições mais justas com o patronato. A organização da classe trabalhadora dificulta a implantação de políticas de redução salarial e de aumento excessivo da jornada de trabalho. Assim, a principal finalidade dos sindicatos é manter os níveis salariais acima do necessário para a sobrevivência e o sustento do trabalhador e de seus familiares. Os sindicatos também são importantes para a luta por uma legislação social, e oferecem resistência aos despropósitos do sistema capitalista (ANTUNES, 1989). Dessa forma, a subordinação dos sindicatos aos interesses empresariais contraria os objetivos e a finalidade do novo sindicalismo.

A partir dos anos 1990 observou-se redução da capacidade coletiva e a queda dos indicadores sindicais (KREIN; DIAS, 2017). A perda da densidade e da força do novo sindicalismo ocorreu principalmente devido às políticas neoliberais adotadas na década de 1990 - por exemplo, os movimentos de “[...] desestruturação do mercado de trabalho, de

inserção do país na globalização, de adoção de políticas ancoradas no Consenso de Washington e de flexibilização das relações de trabalho [...]” (KREIN; DIAS, 2017, p. 6).

Nesse contexto, observa-se a presença de estudos que discutem a atuação sindical sob uma perspectiva histórica, assim como os desafios e as transformações do sindicalismo brasileiro (ANTUNES, 2007, 2015; BOITO JR, 2005; QUEIROZ, 2007; SANTANA, 2002). Todavia, constatou-se a ausência de estudos que explorem a divulgação do sindicalismo na mídia brasileira sob a perspectiva da psicologia social, de forma a compreender como são disseminados os diferentes sentidos sobre o tema. Assim, propõe-se a realização de uma pesquisa documental que analise as RS do sindicalismo na Veja durante o período da redemocratização.

4. Procedimentos Metodológicos

Trata-se de pesquisa qualitativa, por sua conformidade com o objetivo proposto e pelo fato de lidar com interpretações das realidades sociais (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002).

Optou-se pela consulta a textos jornalísticos como estratégia de coleta de dados, isto é, realizou-se pesquisa documental na revista semanal *Veja*. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guidani (2009, p. 05), a pesquisa documental é “[...] um procedimento que utiliza métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”; no entanto, este estudo limitou-se aos documentos do tipo escrito. Os textos jornalísticos estão disponíveis ao público no acervo digital da *Veja*.

O período histórico investigado inicia em 15 de março de 1985 e termina em 14 de março de 1990. Selecionou-se uma edição a cada quatro meses e privilegiou-se a primeira edição do respectivo quadrimestre. Justifica-se o critério de seleção das edições em virtude da delimitação de um período histórico extenso, o que gerou quantidade significativa de material para análise. A propósito, o projeto de pesquisa original, mais amplo, abrangeu o período de 1968 a 2013.

Para a localização dos excertos foram utilizadas as palavras-chave sindicalismo, sindicato(s) e sindical(is) no local de busca do acervo digital da *Veja*. A pesquisa foi realizada em cada edição, pois foi detectada a não confiabilidade da busca avançada e sugerida, em que seria possível a busca de reportagens sobre temas selecionados em todo o acervo digital da *Veja*. Os trechos dos artigos jornalísticos que têm as palavras-chave foram priorizados na análise dos dados.

Para a análise dos dados adotou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2007). Inicialmente realizou-se leitura flutuante do material classificado. Nessa etapa surgiram as primeiras impressões, representações e expectativas. Em seguida, realizou-se a análise do material e foram feitas anotações com o intuito de identificar o aparecimento de temas.

A unidade de contexto foi priorizada na análise, visto que a produção das mensagens está adstrita às situações sociais, políticas, econômicas e culturais, assim como vinculada à evolução histórica da humanidade, “o que resulta em expressões verbais (ou mensagens) carregadas de componentes cognitivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis” (FRANCO, 2003, p. 13).

A categorização teve, como objetivo, oferecer uma visão simplificada dos dados brutos, por meio da condensação dos dados (BARDIN, 2007). As categorias a posteriori foram construídas sob as dimensões qualitativa e semântica, em que foram agrupados indicadores correlatos sobre a ausência ou a presença de qualidades, de temas e de significados; isto é, a formação das categorias obedeceu às operações de comparação e de classificação de características presentes nos excertos. A validação externa das categorias foi realizada por juízes. Após a categorização dos dados, produziram-se inferências sobre as particularidades do texto (FRANCO, 2003).

5. Apresentação e Discussão dos Resultados

Referente ao período da redemocratização, foi pesquisado no acervo digital da Veja um total de 19 edições e foram selecionados 53 artigos para análise. Após a utilização da técnica de análise de conteúdo, foram construídas oito categorias de análise. As categorias são exemplificadas com alguns trechos jornalísticos. Os trechos jornalísticos estão referenciados com a identificação do ano, da edição e da página de publicação na revista Veja; as categorias foram referenciadas com a letra C e com um número, de acordo com a ordem de identificação.

Esta pesquisa documental permitiu o mapeamento dos sentidos do sindicalismo na Veja durante o período da redemocratização que direcionam os processos de formação das RS. Para isso, adotaram-se os conhecimentos da TRS, desenvolvidos por Moscovici ([1961] 2012; 2015), com foco no processo de ancoragem e objetivação. No processo de ancoragem, algo estranho e não usual é ancorado numa categoria familiar e comum (MOSCOVICI, 2015). Um objeto é ancorado “[...] quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes” (TRINDADE; SOUZA; ALMEIDA, 2014, p. 146). Por sua vez, o processo de objetivação busca compreender como um conceito abstrato adquire materialidade e concretude (MOSCOVICI, 2015).

Após a identificação das categorias foi possível identificar dois cenários que direcionaram o processo de ancoragem das RS: o positivo e o negativo. Além disso, a análise das categorias possibilitou a identificação de três aspectos históricos centrais para a compreensão dos sentidos do sindicalismo na Veja, divididos em dois cenários: positivo e negativo.

Como cenário positivo compreende-se a reunião de afirmações positivas sobre o sindicalismo, ou seja, que denotam otimismo, confiança ou comportamento positivo. Já o cenário negativo reúne as afirmações negativas sobre o sindicalismo, ou seja, que demonstram recusa, redução, restrição, negação, proibição ou ausência.

O cenário positivo abrange os seguintes aspectos históricos: (1) luta por melhores condições sociais e de trabalho; (2) elaboração e promulgação da CF de 1988; e, (3) associação do sindicalismo com a política. O cenário negativo engloba os dois primeiros aspectos históricos centrais presentes no cenário positivo.

5.1. O cenário positivo

Abrangendo as categorias C.1 a C.5, o cenário positivo indica que as matérias jornalísticas publicadas pela Veja sobre o sindicalismo especificamente no caso da luta por

melhores condições sociais e de trabalho, sobre elaboração e promulgação da CF de 1988 principalmente no que tange à legalização das greves e à liberdade de negociação sindical, e sobre a aproximação do sindicalismo com a política, manifestam os seguintes sentidos e valores: importância, prestígio, respeito, relevância, poder, influência, valor, organização, combatividade, força, vigor, sucesso, conquista, participativo, negociador, maduro e competente.

Assim, os sentidos articulados ao sindicalismo pela Veja direcionam a formação de uma RS que apresenta o sindicalismo como imprescindível e fundamental aos trabalhadores e à sociedade.

A seguir, serão apresentadas as categorias de análise que sustentam o cenário positivo do sindicalismo na revista Veja.

Importância dos sindicatos para o país e para os trabalhadores (C.1)

Em alguns excertos, os sindicatos foram incluídos no conjunto de entidades consideradas importantes para o país - por exemplo, grêmios estudantis, entidades empresariais, associações de bairro, conselhos de classe profissional e entidades militares. A conquista da liberdade sindical e do direito de greve, promulgados pela CF de 1988, foram considerados importantes tanto quanto a conquista de alguns benefícios trabalhistas como, por exemplo, o direito à aposentadoria e à licença paternidade. Também foram encontrados excertos que demonstraram a importância dos sindicatos no processo de elaboração da CF de 1988 e na luta pelos direitos trabalhistas e melhores condições de vida.

“Estas considerações são oportunas agora, quando a nova Constituição brasileira deve ser discutida nos sindicatos, grêmios estudantis, entidades empresariais, associações de bairro, conselhos de profissionais liberais” (1986, 939, p. 149).

“CABRAL – Sinto-me desapontado e magoado. Ouvi todos os segmentos. Não só dentro da Assembleia Nacional Constituinte, mas fora dela. Ouvi sindicatos, empresários, militares. Não fui egoísta de me trancar entre quatro paredes para produzir um projeto meu [...]” (1987, 993, p. 6).

“[...] A Constituinte criou a licença-paternidade, liberou o direito de greve, proibiu a intervenção do governo dentro dos sindicatos e melhorou a vida dos aposentados. Sua plataforma de direitos sociais foi aprovada num debate em que houve pouca luz e muita histeria, mas apresenta um conjunto de benefícios que tornará o cotidiano dos trabalhadores do país mais confortável [...]” (1988, 1044, p. 34).

“[...] Somente este ano o órgão sindical paulista conseguiu estabelecer o piso salarial para as duas categorias, numa tentativa de eliminar a grande diferença, pelo menos no início da carreira [...]” (1989, 1074, p. 65).

Dessa forma, os sindicatos foram considerados importantes para o País, principalmente devido ao empenho na luta por melhores condições sociais e de trabalho, e pelas conquistas trabalhistas, sindicais e sociais na CF de 1988.

Aparentemente, esse mérito atribuído ao novo sindicalismo se deve às diversas conquistas do sindicalismo desde o final da década de 1970. O novo sindicalismo foi atuante em momentos históricos importantes do Brasil, como, por exemplo, nos movimentos de redemocratização e das Diretas Já, e na elaboração da CF de 1988 (BOITO JR, 2005).

Negociação sindical (C.2)

Os dados também demonstraram as negociações entre os sindicatos e o governo, assim como o surgimento das negociações diretamente entre os sindicatos e as empresas após o término da ditadura militar.

“[...] Pazzianotto dirigiu-se ao gabinete de Dornelles e pediu-lhe um argumento de peso para se escorar nas negociações que terá com os sindicatos [...] ‘Precisamos de um clima psicológico que prove aos sindicatos que a austeridade é geral’, disse. Na equipe montada pelo ministro do Trabalho para definir o novo salário mínimo figura o economista Walter Barelli, presidente do DIEESE [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos], órgão que presta assessoria econômica aos mais politizados e combativos sindicatos do país” (1985, 865, p. 87).

“Cultiva-se, ali, a ideia da livre negociação – ou seja, o governo para de se envolver nos acordos entre sindicatos e empresas, deixando que ambos se entendam da maneira que acharem melhor [...]” (1989, 1078, p. 72).

Importa ressaltar que a negociação sindical foi legitimada após longo período de repressão, uma vez que a negociação entre trabalhadores e empresas era intermediada pelo governo durante o período da ditadura militar. A CF de 1988 reconheceu a atribuição dos sindicatos na defesa dos direitos individuais e coletivos da classe de trabalhadores (QUEIROZ, 2007). Dessa forma, o governo deixou de ser o intermediador nas negociações de salários, de reajustes e de gratificações a partir do processo de redemocratização. Devido à conquista da liberdade sindical na CF de 1988, alguns excertos trataram da efetiva negociação dos sindicatos com o governo ou com empresas sobre assuntos trabalhistas.

Assim, a Veja destaca a ideia de livre negociação entre os sindicatos e as empresas, devido ao novo contexto proporcionado pelo fim da ditadura militar e pela promulgação da CF de 1988.

Vigor do sindicalismo e greves (C.3)

O vigor do sindicalismo foi explicitado por meio do sucesso conquistado pelos movimentos grevistas, como, por exemplo, a destituição de membros do governo e a mobilização dos trabalhadores a nível nacional. Em alguns trechos o governo intentou dissuadir os movimentos grevistas e, em outros trechos, foi ressaltado o sucesso e importância das greves.

“[...] Pazzianotto tentou, em vão, convencer os dirigentes do Sindicato dos Ferroviários a encerrar a paralisação. [...] Se a greve for mesmo decretada ilegal, provavelmente será encerrada, com o fracasso das reivindicações, mas como uma temível prova de organização dos ferroviários” (1986, 922, p. 25).

“[...] A greve dos bancários só não foi aplaudida pelos banqueiros e tornou-se uma espécie de marco do sindicalismo nacional [...]” (1986, 904, p. 57).

“[...] Graças à greve dos ferroviários, engordada com a paralisação de 8.000 metalúrgicos dos grandes estaleiros de Niterói, os sindicatos puderam comemorar o 1º de Maio do cruzado com algo mais a festejar além do magro seguro-desemprego [...] ‘Essa greve pode ser o pontapé inicial de nossas mobilizações no futuro’, afirma Jair Meneguelli, presidente da CUT [...]” (1986, 922, p. 26).

“[...] gostaria de esclarecer que a prefeita Luiza Erundina apoiou, mas não patrocinou, a greve, preparada, organizada e conduzida pelos trabalhadores e pelas centrais sindicais. O que a prefeita não fez, em respeito à Constituição, foi obrigar trabalhadores em greve a trabalhar, pela força ou por ameaças de punição. A prefeita informou aos funcionários que manteria o registro do ponto nos dias 14 e 15, cabendo às entidades sindicais, por sua iniciativa, procurar a prefeitura, depois da greve, para tratar da questão dos dias parados” (1989, 1074, p. 13).

“[...] Em vários pontos do país há notícias de que a máquina sindical das Forças Armadas, que ajudou a devorar um ministro civil, o professor Bresser Pereira, antigo titular da Fazenda, e produziu a desgraça de um comandante militar, o brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, ex-ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o Emfa, colocou-se em movimento para conseguir melhorar seus vencimentos [...]” (1989, 1074, p. 30).

“[...] sem a produção de nenhuma operação espetacular, a atual mobilização do sindicato militar impressiona pela organização – e pelo seu caráter de movimento nacional” (1989, 1074, p. 31).

A década de 1980 foi marcada pela luta dos trabalhadores e por quatro greves gerais (ANTUNES; SILVA, 2015). No entanto, o direito de greve foi legitimado somente no final da década de 1980. Apesar disso, as greves foram tratadas pela Veja de forma positiva, como instrumento de organização e mobilização sindicais, assim como foram consideradas primordiais para o desenvolvimento e maturidade do sindicalismo brasileiro.

A partir da promulgação da CF de 1988, foi constatada a defesa do direito de greve, o qual foi assegurado pelo artigo 9º da CF de 1988. Assim, a legalidade da greve era algo novo durante o período da 4ª República. Dessa forma, discutiu-se sobre o modo pelo qual os governantes deveriam se posicionar perante os movimentos grevistas nesse novo contexto.

No que tange à luta por melhores condições sociais e de trabalho, os trabalhadores obtiveram algumas conquistas que ocorreram, em grande parte, devido aos diversos movimentos grevistas durante a década de 1980 (QUEIROZ, 2007). De fato, os dados demonstraram a impetuosidade do sindicalismo nesse período. Alguns excertos fizeram alusão ao poder de mobilização dos sindicatos em organizar os trabalhadores em nível nacional, e inclusive na destituição de membros do governo.

O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais (C.4)

O sindicalismo brasileiro não foi associado à imagem de um único indivíduo durante a 4ª República. Neste período percebeu-se certa heterogeneidade de indivíduos participantes no movimento sindical brasileiro.

“Após uma trajetória de onze anos como presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, o paulista Antônio Rogério Magri, de 48 anos, foi coroado, na semana passada, como um dos príncipes do sindicalismo brasileiro [...]” (1989, 1078, p.73).

“[...] A vida do candidato [Lula], contudo, marca a epopéia de um brasileiro que venceu. ‘Na época, ninguém imaginava que ele poderia ir tão longe’, afirma Paulo Vidal, seu antecessor na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que tentou uma malsucedida carreira política nas fileiras do PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro]” (1989, 1095, p. 37).

Em relação à associação do sindicalismo com a política, a Veja apresenta alguns líderes sindicais que se destacaram durante o processo de redemocratização - por exemplo, Antônio Rogério Magri e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Nesse período verifica-se uma expansão do movimento sindical e de suas lideranças, diferentemente de o que foi observado no período da ditadura militar, em que apenas um nome surgia como liderança sindical, qual seja, Lula.

De fato, Lula foi apontado, nas matérias da Veja, como o principal líder sindical durante o período da ditadura militar (PERONI; MARTINS-SILVA; SILVA JUNIOR, 2018). A Veja publicou matérias sobre suas vidas pessoal, profissional e sindical, assim como o considerou fundamental para a renovação sindical brasileira e como o principal articulador dos movimentos grevistas. Portanto, Lula, o PT e a CUT foram identificados como a materialização do movimento sindical brasileiro durante a ditadura militar (PERONI; MARTINS-SILVA; SILVA JUNIOR, 2018).

A influência do PT e da CUT no sindicalismo brasileiro (C.5)

Alguns excertos trataram da influência do PT e da CUT no sindicalismo brasileiro. Ademais, o sindicalismo brasileiro foi associado à imagem do PT e da CUT. A partir do processo de consolidação do PT e da CUT no cenário político brasileiro, e da influência mútua entre a política e o sindicalismo, constatou-se a necessidade de discutir a diferença entre partido político e sindicalismo. Os resultados também demonstraram a intensificação da relação dos sindicatos e dos líderes sindicais com a política brasileira.

“[...] e a expectativa era de que os sindicatos controlados pelo PT estivessem apenas aguardando, para entrar de rijo no combate [...]” (1985, 865, p. 35).

“VEJA – O PT entende que, em determinados momentos, é necessário se aliar aos empresários mesmo que o assalariado esteja perdendo dinheiro com isto? LULA – Não se trata do PT e sim de uma categoria profissional. E nós não estamos negociando o poder do país, mas apenas uma pauta de reivindicações de uma categoria específica. O sindicato existe para melhorar o relacionamento entre capital e trabalho, e o partido existe para transformar a sociedade. As duas coisas são totalmente distintas. A negociação é normal no jogo sindical brasileiro. E eu acho que o sindicalismo brasileiro está ficando maduro e competente na arte de negociar” (1987, 974, p. 5).

“[...] No país inteiro, o PT é um partido com 550.000 filiados, e em seu último encontro nacional conseguiu reunir 60.000 militantes para discutir a campanha de Lula. Somados à mão-de-obra fornecida pela CUT, central sindical que controla perto de 1.000 sindicatos no Brasil, pode-se estimar que Lula fará uma campanha com os braços de 100.000 militantes [...] ‘Vamos ganhar essas eleições porque temos a militância mais aguerrida’, afirma o candidato do PT [Lula]” (1989, 1095, pp. 37-38).

Essa categoria demonstra uma ampliação e um aprofundamento da liderança sindical no Brasil. Durante a ditadura militar, a materialização do novo sindicalismo nas páginas da Veja foi associada principalmente a um indivíduo: Lula. No entanto, surgiram outras lideranças sindicais durante o processo de redemocratização, o que indica o desenvolvimento e o amadurecimento do sindicalismo brasileiro.

Desse modo, o sindicalismo assume um protagonismo político de âmbito nacional, em especial devido à ampliação da liderança institucional do PT e da CUT durante a 4ª República. Assim, o PT e a CUT foram associados intensamente ao sindicalismo, assim como

materializaram e concretizaram a liderança institucional e a importância política do sindicalismo durante a redemocratização. Com isso, o PT e a CUT objetivaram o sindicalismo brasileiro durante a redemocratização (MOSCOVICI, 2015), uma vez que exprimem a atuação político-partidária do sindicalismo em âmbito nacional.

5.2. O cenário negativo

Em contrapartida, também se constatou cenário negativo que abrange as categorias C.6 a C.8. Diante desse cenário negativo, constatou-se que os textos jornalísticos publicados pela Veja sobre a luta por melhores condições sociais e de trabalho, em especial sobre as ações combativas, sobre o abandono da luta sindical, sobre as regalias de alguns líderes sindicais, e sobre a elaboração e a promulgação da CF de 1988, principalmente no que diz respeito à unicidade sindical, ao imposto sindical, à corrupção e ao peleguismo nos sindicatos, externam os seguintes sentidos e valores: desvalorização, desprestígio, irrelevância, despreço, peleguismo, dificuldade, debilidade, inanição, desordem, baderna, perturbação da ordem pública e terrorismo.

Diante desses sentidos e valores, verifica-se que as matérias veiculadas pela Veja direcionam a formação de uma RS do sindicalismo que o delimita como fenômeno social que precisa ser controlado e monitorado para que seus efeitos nocivos não prejudiquem os interesses empresariais e a sociedade.

A seguir, serão apresentadas as categorias de análise que sustentam o cenário negativo do sindicalismo na revista Veja.

Corrupção, peleguismo e financiamento sindical (C.6)

Alguns excertos trataram do peleguismo e da corrupção sindical. Os trechos discutiram especificamente sobre (a) sindicalistas considerados pelegos; (b) as regalias de alguns líderes sindicais; e (c) a utilização de recursos financeiros e do imposto sindical pelos sindicatos.

"[...] Argeu Egídio dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo e considerado pela esquerda sindical o pelego-mor do trabalhismo paulista [...]" (1985, 865, p. 35).

"Na questão da organização dos sindicatos, a Constituinte deu um passo atrás. Ficou mantido o regime da unicidade sindical, que proíbe a formação de mais de uma entidade por categoria. A unicidade, criada pela ditadura do Estado Novo, é o regime das entidades esvaziadas, que sobreviveram com serviços de barbearia e consultório dentário e asseguram uma vida mansa a seus burocratas. O pilar de sustentação dessa engrenagem é o dinheiro do imposto sindical, recolhido todos os anos do ordenado de cada trabalhador. Como a unicidade, o imposto sindical foi mantido" (1988, 1044, p. 37).

"[...] No dia seguinte ao encontro, Joaquim acusou Magri de ter utilizado uma verba de 600.000 dólares, doada pela AFL-CIO [Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais], a maior central sindical dos Estados Unidos, para manipular o congresso e aliciar delegados. Magri admitiu que recebera o auxílio, mas defendeu-se dizendo que a ajuda americana 'não chegava a 200.000 dólares' e que o dinheiro havia sido usado para 'viabilizar o congresso'. 'Joaquim está acabado. O presidente sou eu', disse Magri" (1989, 1078, p. 73).

Ao noticiar aspectos da organização sindical legitimados pela CF de 1988, os textos jornalísticos da Veja criticaram o imposto sindical e o regime de unicidade sindical, sob o argumento de que o imposto sindical sustenta organizações sindicais esvaziadas e as regalias de alguns líderes sindicais. Assim, o imposto sindical foi considerado o principal motivo para o corporativismo sindical.

A análise dos excertos indica que a Veja deu publicidade ao posicionamento de indivíduos ou de grupos para evidenciar conflitos e ações questionáveis do ponto da moral e da ética. Estes conflitos e ações envolvem a acusação de um sindicalista contra outro sindicalista, e a utilização de recursos sindicais para fins que não necessariamente estivessem vinculados ao sindicato. Além disso, observa-se a presença de aspectos negativos ao imposto sindical, e o questionamento da legitimidade do regime da unicidade sindical originário da ditadura do Estado Novo.

Dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo (C.7)

Durante a 4ª República, o País vivenciou crise econômico-inflacionária, e aprofundou o processo de reestruturação produtiva (SINGER, 2014). Nesse contexto, os dados demonstraram algumas dificuldades enfrentadas pelo novo sindicalismo - por exemplo, a debilidade dos sindicatos perante as distorções do sistema FGTS e o movimento de subordinação dos sindicatos aos anseios empresariais.

“[...] A CUT, central sindical de Jair Meneghelli, não conseguiu colocar na nova Constituição nenhuma das reivindicações que pretendia, como a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas de trabalho por semana – mesmo assim, seus sindicatos chegaram a promover passeatas de apoio aos direitos sociais aprovados em Brasília [...]” (1988, 1044, p. 35).

“[...] O sistema do FGTS é realmente perverso como afirma o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. No entanto, mais interessante do que a afirmação em si seria saber o que tem sido feito de concreto pelos diferentes sindicatos a fim de corrigir essas distorções” (1989, 1095, p. 13).

No que tange à elaboração e à promulgação da CF de 1988, a não inclusão de algumas propostas da CUT na CF de 1988 - por exemplo, a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas semanais - ocasionou críticas ao sindicalismo. De fato, a CUT defendia a liberdade sindical plena sem a contribuição compulsória (QUEIROZ, 2007). Entretanto, a CF de 1988 aprovou a contribuição compulsória, a unicidade sindical e o sistema confederativo, que eram defendidos por outras confederações - por exemplo, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (QUEIROZ, 2007).

Apesar disso, a CF de 1988 abrangeu diversas conquistas trabalhistas, sociais e sindicais. Por exemplo, a CF de 1988 garantiu a liberdade para a organização de sindicatos e o Estado deixou de intervir nos sindicatos, assim como o Ministério do Trabalho perdeu as suas faculdades, permanecendo apenas o poder da Justiça do Trabalho (CARDOSO, 2002).

Por sua vez, o FGTS foi criado em 1966 durante o período da ditadura militar, com a função de proteger o trabalhador demitido do emprego sem justa causa (ANTUNES, 1989). Nesse contexto, o regime de estabilidade por antiguidade no emprego foi substituído pela possibilidade de demissão dos trabalhadores, sendo que esses estarão resguardados pelo

FGTS (SINGER, 2014). Apesar das limitações e das críticas direcionadas pelos diversos setores da sociedade, o FGTS está adstrito às transformações do sistema de produção capitalista.

Portanto, os excertos expõem que, apesar das diferentes formas de ação dos sindicatos, nem todas as suas demandas foram atendidas. Se, por um lado, a Veja apresenta o vigor do sindicalismo no cenário positivo, por outro também apresenta suas limitações perante as demandas das organizações empresariais e políticas no cenário negativo.

Sindicatos indicados como responsáveis pela perturbação da ordem pública (C.8)

Os sindicatos também foram indicados como entidades baderneiras e desordeiras. Assim, foram encontrados trechos que denunciaram a ligação dos movimentos sindicais com (a) a invasão de prédios; (b) a utilização de explosivos, por exemplo, bombas e coquetéis *molotov*; (c) a utilização de objetos pontiagudos para furar pneus de veículos; (d) badernas e formação de piquetes nas fábricas; (e) agendas da esquerda política; (f) desatendimento às leis; e, (g) atividades criminosas. Em alguns casos as ações dos sindicalistas também foram comparadas a atos terroristas e de guerrilhas, assim como foram responsabilizados pela desagregação da harmonia social.

“[...] Na semana passada a sede da FIESP [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] [...] foi invadida duas vezes por metalúrgicos impacientes com o rumo das negociações entre os sindicatos do interior e os empregadores. As greves têm atingido com dureza diversas empresas de grande porte [...]” (1985, 865, p. 35).

“[...] Está em curso, no país, um processo de desagregação legal. O governo baixou uma medida de emergência contra as greves, mas ninguém a respeita. Nem o governo. Prosseguem paralisações com ocupação de fábrica, piqueteiros encapuzados e outras atitudes de baderna” (1989, 1078, p. 63).

“[...] Também quero alertar o país contra o terrorismo. Não é possível que aconteça o que aconteceu no Recife, quando um ativista sindical colocou uma bomba em um banco particular, o que podia ter causado a morte de várias pessoas, disse o presidente [Sarney], referindo-se a um artefato com poder de destruição de um foguete usado nas festas de São João [...]” (1989, 1078, p. 64).

“[...] Vicente Paulo da Silva, o ‘Vicentinho’, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, possui o perfil daquele líder sindical que, em alguns meios, se classifica combativo – em Brasília, e nos meios empresariais, contudo, é mais comum encontrar pessoas habituadas a chamá-lo de baderneiro [...]” (1989, 1078, p. 68).

“[...] Na greve geral dos dias 14 e 15 de março, houve sindicalistas que usaram, na saída de garagens de ônibus, objetos de ferro, pontiagudos, destinados a furar os pneus dos veículos. No Palácio do Planalto, existe quem esteja convencido de que há, no momento, grupos ligados a movimentos sindicais que preparam coquetéis molotov para lançar contra a polícia em novos episódios” (1989, 1078, p. 72).

No que se refere à luta por melhores condições sociais e de trabalho, algumas ações combativas dos sindicatos foram publicizadas pela Veja como perturbadoras da ordem pública. Nessa categoria estão textos divulgados pela Veja relativos a eventos históricos que envolvem o posicionamento combativo de sindicatos e de sindicalistas, com implicações e riscos para os patrimônios público e privado, para a vida das pessoas e para o atendimento à legislação brasileira.

Ou seja, as ações combativas dos sindicatos, principalmente as ações que provocam danos físicos e ou materiais, foram divulgadas e, até mesmo, criticadas pela Veja. Assim, pode-se observar a existência de posicionamento da Veja em condenar as ações combativas dos sindicatos e dos sindicalistas ao caracterizá-las como violentas e agressivas.

5.3. Análise geral dos cenários

Em uma síntese da análise dos resultados, foram relacionados os cenários, os aspectos históricos centrais, as categorias de análise e os sentidos do sindicalismo, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Quadro síntese da análise dos resultados

| Cenário | Aspectos Históricos Centrais | Título da Categoria | Sentidos |
|----------|--|--|------------------------------|
| Positivo | (1) Luta por melhores condições de trabalho (2) Elaboração e promulgação da CF de 1988 (3) Associação do sindicalismo com a política | Importância dos sindicatos para o país e para os trabalhadores (C.1) | Importância |
| | | Negociação sindical (C.2) | Prestígio |
| | | Vigor do sindicalismo e greves (C.3) | Respeito |
| | | O sindicalismo brasileiro relacionado a lideranças sindicais (C.4) | Relevância |
| Negativo | (1) Luta por melhores condições de trabalho (2) Elaboração e promulgação da CF de 1988 | A influência do PT e da CUT no sindicalismo brasileiro (C.5) | Poder |
| | | Corrupção, peleguismo e financiamento sindical (C.6) | Influência |
| | | Dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo (C.7) | Valor |
| | | Sindicatos indicados como responsáveis pela perturbação da ordem pública (C.8) | Organização |
| | | | Combatividade |
| | | | Força |
| | | | Vigor |
| | | | Sucesso |
| | | | Conquista |
| | | | Participativo |
| | | | Negociador |
| | | | Maduro |
| | | | Competente |
| | | | Desvalorização |
| | | | Desprestígio |
| | | | Irrelevância |
| | | | Desapreço |
| | | | Peleguismo |
| | | | Dificuldade |
| | | | Debilidade |
| | | | Inanição |
| | | | Desordem |
| | | | Baderna |
| | | | Perturbação da ordem pública |
| | | | Terrorismo |

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 1 evidencia uma diversidade de sentidos sobre o sindicalismo presentes nas reportagens da Veja. Essa diversidade de sentidos demonstra parte das representações sociais partilhadas (MOSCOVICI, 2003) sobre o sindicalismo que circulam na sociedade brasileira.

Esses diferentes cenários apresentam o contexto de uma época em que estão inseridos valores no qual estão ancoradas as RS do sindicalismo.

A 4ª República é um momento da sociedade brasileira após a ditadura militar em que valores tais como liberdade e democracia estavam em processo de construção, mas, ao mesmo tempo, convivia-se com os valores de controle e de disciplina que ficaram muito em evidência no período da ditadura militar. Os dados demonstram justamente essa duplicidade na construção dos sentidos do sindicalismo. Verifica-se, dessa forma, que os sentidos veiculados pela *Veja* que favorecem a formação das RS do sindicalismo estão ancorados nesses diferentes valores.

Os cenários positivos e negativos da luta por melhores condições sociais e de trabalho, e da elaboração e promulgação da CF de 1988, demonstram a contraditoriedade e a diversidade de sentidos sobre o sindicalismo nas páginas da *Veja*. A categoria que trata do vigor do sindicalismo brasileiro (C.3) e a categoria que relata as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo (C.7) exemplificam os sentidos contraditórios do sindicalismo.

Além desse exemplo, observam-se a diversidade de nuances e de sentidos do sindicalismo ao se analisarem as leituras negativas e positivas das categorias de análise. Verifica-se a prevalência de sentidos positivos nas categorias C.1 a C.5 em contraposição ao predomínio de sentidos negativos nas categorias C.6 a C.8.

Essas contradições são possíveis em uma RS. Como afirma Alaya (2014), no quadro da TRS a interação entre o sujeito e o objeto é instável e heterogênea, devido à complexidade da realidade social. Ademais, a contraditoriedade das RS indica que o sindicalismo do período da redemocratização é um movimento social heterogêneo. Isto é, os sentidos e valores atribuídos ao sindicalismo estão adstritos a práticas, situações, acontecimentos e contextos específicos.

No campo de estudo da TRS, tem-se que a RS é o pensamento de um sujeito ou grupo social sobre determinado objeto. Além disso, a RS é um saber prático que organiza a realidade de um indivíduo ou de um grupo (JODELET, 2001). Esses elementos básicos que configuram o campo de estudo das RS por si só manifestam a complexidade das RS, visto que o sujeito e os grupos sociais possuem suas particularidades culturais, sociais, práticas e de pertença - ou seja, o ambiente social dinâmico e mutável concebe RS heterogêneas e coerentes. Assim, a complexidade das RS possibilita a existência de elementos contraditórios, mas que são combinados de maneira que a realidade social faça sentido (JODELET, 2001).

A análise dos textos jornalísticos publicados pela *Veja* detectou uma pluralidade de sentidos sobre o sindicalismo, por vezes evidenciando contradições presentes, como pode ser visto nos cenários positivo e negativo identificados. No entanto, resguardadas as peculiaridades históricas e contextuais, os dados evidenciaram uma prevalência de leituras positivas nos textos divulgados pela *Veja* sobre a atuação sindical durante o período da redemocratização. Ressalta-se que essa prevalência na revista *Veja* diz respeito à quantidade de categorias com leituras positivas do sindicalismo. Além disso, a tendência de leituras positivas pode ser explicada pelo contexto social e político da época, em que se observou um “[...] quadro nitidamente favorável para o chamado novo sindicalismo, que caminhava em direção contrária à crise sindical presente em vários países capitalistas avançados” (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 512).

Nesse ínterim, o novo sindicalismo viveu período de ascensão devido aos problemas políticos e econômicos do Brasil, como, por exemplo, elevada inflação e o desejo de abertura democrática (SANTANA, 2002). De certa forma, o novo sindicalismo mostrou-se como um dos instrumentos no combate à crise econômica e na proteção dos direitos dos trabalhadores durante a redemocratização.

Por outro lado, a Veja também apresentou leituras negativas sobre o sindicalismo. Esta divulgação pode estar relacionada a dois aspectos: (1) a publicização de eventos históricos que envolviam polêmicas em torno dos sindicatos e de sindicalistas (CAMPOS, 2010); e (2) a própria linha editorial da Veja (CAMPOS, 2010; SEEFELD; RESE, 2020). O primeiro aspecto refere-se a eventos ligados aos sindicatos e a sindicalistas; - por exemplo, corrupção, utilização indevida de verbas recebidas por doação, e perturbação da ordem pública, que são considerados temas de interesse público. O segundo aspecto diz respeito à linha editorial da Veja, que indica uma postura política parcial e alinhada aos interesses da classe empresarial que se opõe ideologicamente à lógica do sindicalismo operário.

Com isso, a Veja contribui para a formação e disseminação de RS sobre o sindicalismo, ao intervir e orientar a formação do pensamento social e da realidade social, conforme divulga os cenários positivos e negativos sobre o sindicalismo. Vale destacar que os sentidos do sindicalismo nas publicações da Veja não são estranhos e desassociadas do contexto social, isto é, os sentidos do sindicalismo nas matérias da Veja estão adstritos aos contextos político, social e econômico do período histórico.

Enfim, esta pesquisa demonstra que as RS do sindicalismo diferem do sindicalismo como ciência (MOSCOVICI, 2012). Ou seja, o sindicalismo no meio social assume significados e sentidos que o torna fenômeno social complexo e em constante transformação.

6. Considerações Finais

Esta pesquisa buscou analisar os sentidos sobre o sindicalismo disseminados pela revista Veja durante o período da redemocratização (15 de março de 1985 a 14 de março de 1990). Para tanto, realizou-se pesquisa documental na Veja, cuja estratégia de coleta de dados foi a consulta a textos jornalísticos. Para melhor compreensão deste fenômeno adotou-se a TRS como aporte teórico. As RS são uma forma de conhecimento social que cooperam para a construção de uma realidade comum (JODELET, 2001).

A análise dos dados indicou uma pluralidade de sentidos sobre o sindicalismo e, de acordo com a quantidade de categorias positivas e resguardadas as peculiaridades históricas e contextuais, uma predominância de leituras positivas do sindicalismo disseminadas pela revista Veja no contexto brasileiro durante o período da redemocratização.

Verificou-se que os diferentes sentidos estão ancorados nos valores contraditórios presentes no período da 4ª República - por exemplo, liberdade e democracia *versus* controle e disciplina. Os sentidos positivos articulados ao sindicalismo pela Veja direcionam a formação de uma RS que apresenta o sindicalismo como imprescindível e fundamental aos trabalhadores e à sociedade. Em contrapartida, os sentidos negativos veiculados pela Veja direcionam a formação de uma RS do sindicalismo que o delimita como fenômeno social que precisa ser controlado e monitorado para que seus efeitos nocivos não prejudiquem os interesses empresariais e a sociedade.

Por sua vez, o PT e a CUT objetivaram o sindicalismo brasileiro durante a redemocratização. A análise dos dados indicou que a luta por melhores condições sociais e de trabalho, a elaboração e promulgação da CF de 1988, e a associação do sindicalismo com a política foram aspectos centrais para a compreensão do sindicalismo.

Nesse panorama, tem-se que a presente pesquisa contribui com o campo científico, pois explora diversos acontecimentos históricos relacionados ao sindicalismo e ao mundo do trabalho durante a 4ª República. Além disso, esta pesquisa contribui para o aprofundamento das discussões sobre o sindicalismo, uma vez que desvela a construção e a atribuição de sentidos ao sindicalismo no universo do senso comum. As RS dos objetos sociais organizam a realidade social e, dessa forma, influenciam os contextos social, político e econômico da sociedade.

Neste artigo, torna-se necessário compreender a complexidade e as transformações dos valores e dos significados que ancoram os sentidos do sindicalismo na sociedade brasileira desde o processo de redemocratização até o contexto atual. Embora diversos direitos trabalhistas e sociais tenham sido conquistados devido à luta sindical, a recente reforma trabalhista por meio da Lei nº 13.467/2017, que alterou a CLT, extinguiu diversos direitos trabalhistas e aprofundou a fragilidade dos sindicatos.

No que tange ao sindicalismo, a reforma trabalhista possibilitou a ampliação da fragmentação das bases sindicais em decorrência da ampliação da terceirização da força de trabalho e dos contratos atípicos (SCHNEIDER; SILVA; NERY, 2020). Além disso, a reforma trabalhista tornou facultativa a contribuição sindical (BRASIL, 2017). A extinção da contribuição sindical compulsória afetou o custeamento de toda a estrutura sindical, formada por sindicatos, federações e confederações, e não propôs alternativas para a reestruturação financeira dos sindicatos (SCHNEIDER; SILVA; NERY, 2020). Ademais, a elaboração da reforma trabalhista no Congresso Nacional ocorreu sem uma ampla participação social e sindical (SCHNEIDER; SILVA; NERY, 2020). Assim, o contexto contemporâneo demonstra o enfraquecimento e a diminuição da importância do sindicalismo brasileiro na luta pelos direitos sociais e trabalhistas.

A CF de 1988 legitimou a função sindical de intermediador nas negociações entre a classe de trabalhadores e a classe empresarial. Contudo, a negociação sindical sofreu alterações com a reforma trabalhista de 2017. A reforma trabalhista possibilitou a negociação individual sem a intermediação sindical entre as empresas e os profissionais com salários acima de R\$ 11 mil (BRASIL, 2017). Além disso, a reforma trabalhista propiciou que os acordos coletivos e as convenções coletivas prevaleçam sobre o legislado, inclusive sobre a própria legislação trabalhista (BRASIL, 2017).

Por fim, importa confrontar o vigor do sindicalismo brasileiro durante a redemocratização ao enfraquecimento do sindicalismo nos dias atuais, principalmente após a aprovação da reforma trabalhista em 2017. Durante a redemocratização, houve uma profícua participação da estrutura sindical e a conquista de diversos direitos trabalhistas durante a elaboração da CF de 1988 (QUEIROZ, 2007). Em contrapartida, a recente reforma trabalhista aprofundou a fragilidade dos sindicatos e retirou alguns direitos dos trabalhadores (SCHNEIDER; SILVA; NERY, 2020). Assim, pode-se inferir que o fortalecimento do sindicalismo possibilita a conquista de direitos sociais e trabalhistas, e que a fragilidade sindical representa

a redução dos direitos sociais e trabalhistas e a concretização dos (des)propósitos do sistema capitalista.

Portanto, o novo sindicalismo apresentou-se, para sociedade brasileira, como movimento político e social que foi essencial para a superação do regime ditatorial, para a reabertura política e democrática, para a luta por melhores condições de trabalho e para a conquista de direitos sociais materializados na CF de 1988. No entanto, o processo de redução da densidade e da força do sindicalismo ocorreu durante a década de 1990 devido à adesão do Brasil à globalização e ao neoliberalismo, e aprofundou-se com a reforma trabalhista de 2017.

Assim, o sindicalismo brasileiro transformou-se nas últimas décadas. O processo de transformação elenca momentos de opressão, de conquistas e de fragilidade do sindicalismo brasileiro. Dessa forma, as transformações estão adstritas aos diferentes contextos políticos, sociais e econômicos, e fazem com que o sindicalismo assuma diferentes sentidos ao longo da história.

Vale ressaltar que os resultados deste artigo não devem ser generalizados para toda a mídia brasileira, pois as RS sobre o sindicalismo que circulam na sociedade brasileira são muito mais plurais e complexas do que se pôde presenciar na presente pesquisa. Além disso, o desconhecimento dos efeitos dos textos jornalísticos pode ser indicado como limitação da pesquisa. Não que tal questão seja considerada mais ou menos importante; no entanto, seus anseios estão além da proposta do presente estudo.

O estudo dos efeitos das mensagens visa a “identificar o efeito e/ou impacto que determinada mensagem causa no receptor, no leitor, no ouvinte e em diferentes segmentos da população” (FRANCO, 2003, p. 22). Nesse caso, seria necessário conhecer os efeitos da veiculação dos textos jornalísticos da Veja em determinada população, o que se torna sugestão de pesquisa para estudos futuros.

Referências

ALAYA, D. B. Abordagens filosóficas e teoria das representações sociais. In: TRINDADE, Z. A., SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014. p. 345-374.

ALVES, G. Do “novo sindicalismo” a “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista Sociologia Política**, n. 15, p. 111-124, 2000. doi: [10.1590/S0104-44782000000200008](https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000200008)

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. **O que é sindicalismo**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: INÁCIO, J. R. **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 288-306.

_____; SILVA, J. B. Para onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 511-528, 2015. doi: [10.1590/S0103-49792015000300005](https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300005).

AUGUSTI, A. R. Os principais valores presentes no discurso jornalístico da revista Veja. **Rumores**, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2008. doi: [10.11606/issn.1982-677X.rum.2008.51112](https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2008.51112).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2007.

BAUER, M.; GASKELL, G; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento - evitando confusões. In: _____; _____. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 17-36.

BOITO JR, A. A presença do sindicalismo na história política do Brasil. In: _____. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. p. 265-291.

BRASIL. **Lei nº 13.467/2017, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em 15 de jun. 2020.

CAMPOS, M. P. Imaginários da ordem e da desordem: os 25 anos do Movimento Sem Terra na perspectiva da Revista Veja. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 107, p. 129-138, abr. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9284/5482>. Acesso em: 12 de jun. 2020.

CARDOSO, A. M. O. Sindicalismo no Brasil: breve excursão sobre mudanças e permanências. In: _____ (Org.). **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 11-34.

CASTRO, P. Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. **Análise Social**, Lisboa, v. 32, n. 164, p. 949-979, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Paula_Castro4/publication/279671668_Notas_para_uma_leitura_da_teor%C3%ADa_das_Representa%C3%A7%C3%B5es_Sociais_em_S_Moscovici/links/5597c77108ae5d8f3932c628/Notas-para-uma-leitura-da-teoria-das-Representa%C3%A7%C3%B5es-Sociais-em-S-Moscovici.pdf. Acesso em: 30 de abr. 2019.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 31-59.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e inovação organizacional**: as experiências do Japão, Coréia e Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Editora Plano, 2003.

HERZ, D. Prefácio. In: GUARESCHI, P. A. **Construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 11-25.

JODELET, D. Experiência e representações sociais. In: MENIN, S. S; SHIMIZU, A. M. (Orgs.) **Experiência e representação social**: questões teóricas e metodológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 23-56.

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____ (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 63-85.

KREIN J. D.; DIAS H. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. **Revista Ciências do Trabalho**, v. 8, p. 1-17, 2017.

MARQUES, R. M.; RÊGO, J. M. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A.; ALMEIDA, A. M. O. **Gente jovem reunida**: representações sociais da adolescência/juventude em textos jornalísticos. Vitória, ES: GM, 2010.

- MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril**. 1997. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. Prefácio. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 7-16.
- _____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- PERONI, G. G. H.; MARTINS-SILVA, P. O.; SILVA JUNIOR, A. Sentidos do sindicalismo na Veja durante a ditadura militar. **Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 12, n. 4, p. 91-108, 2018. doi: [10.12712/rpca.v12i4.22926](https://doi.org/10.12712/rpca.v12i4.22926)
- QUEIROZ, A. A. Movimento Sindical: Passado, Presente e Futuro. In: INÁCIO, J. R. **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 19-44.
- RAUTENBERG, E. A construtora Mendes Júnior na revista Veja: imprensa, empreiteiras e ditadura civil-militar brasileira. **Espaço Plural**, v. 13, n. 27, p. 158-177, 2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8583/6353>. Acesso em: 12 de jun. 2020.
- SEEFELD, R.; RESE, N. “Para bom entendedor, meia palavra basta?!”: um estudo sobre as narrativas produzidas por agentes de mídia na tradução do papel dos envolvidos na Operação Lava Jato. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, n. 1, p. 124-141, 2020. doi: [10.1590/1679-395120190025](https://doi.org/10.1590/1679-395120190025)
- SCHNEIDER, P.; SILVA, C. A. N.; NERY, C. M. A. A reforma trabalhista e o direito sindical no Brasil: quais os efeitos da reforma trabalhista no sindicalismo brasileiro? **Revista Interfaces do conhecimento**, v. 2, n. 1, p. 145-160, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unicathedral.edu.br/revistainterfaces/article/view/406/302>. Acesso em: 15 de jun. 2020.
- SIMONEAU, A. S.; OLIVEIRA, D. C. Representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 2, p. 281-300, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/14478/10957>. Acesso em: 17 de out. 2019.
- SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SANTANA, M. A. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. In: CARDOSO, A. M. (Org.). **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 35-49.
- SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C. D.; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em: 30 de abr. 2019.
- SINGER, P. O processo econômico. In: REIS, D. A. (Org.). **Modernização, ditadura e democracia 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. v. 5, p. 183-231.
- TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: _____; _____; _____ (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014. p. 133-162.